
Solar Serrita Energia S.A.

***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Solar Serrita Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Solar Serrita Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre



Solar Serrita Energia S.A.

detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 24 de março de 2025

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SC000160/F-5

Leandro Sidney Camilo da Costa
Contador CRC 1SP236051/O-7

Solar Serrita energia S.A.

Balancos patrimoniais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

| Ativo | Nota explicativa | 31.12.2024 | 31.12.2023 | | Nota explicativa | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|--------------------------------------|-------------------------|-------------------|-------------------|--|-------------------------|-------------------|-------------------|
| Circulante | | | | Circulante | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 6 | 34.583 | 2.050 | Fornecedores | 9 | 8.550 | 3.670 |
| Contas a receber | 7 | - | 2.559 | Financiamentos | 11 | 91 | - |
| Tributos a recuperar | | 14 | 332 | Imposto de renda e contribuição social | | 448 | - |
| Outros ativos | | - | 91 | Partes relacionadas | 11 | 7.956 | - |
| Total do ativo circulante | | 34.597 | 5.032 | Tributos a recolher | 10 | 1.330 | 3.641 |
| | | | | Dividendos a pagar | | 930 | - |
| | | | | Outros passivos | | 162 | - |
| Não circulante | | | | Total do passivo circulante | | 19.467 | 7.311 |
| Intangível | | 27 | - | | | | |
| Imobilizado | 8 | 340.460 | 54.151 | Não circulante | | | |
| Total do ativo não circulante | | 340.487 | 54.151 | Financiamentos | 12 | 64.525 | - |
| | | | | Imposto de renda e contribuição social | | 581 | - |
| | | | | Total do passivo não circulante | | 65.106 | - |
| | | | | | | | |
| | | | | Total do passivo | | 84.573 | 7.311 |
| | | | | | | | |
| | | | | Patrimônio líquido | | | |
| | | | | Capital social | 13 | 230.020 | 48.720 |
| | | | | Reserva de Lucros | 13 | 6.137 | 3.152 |
| | | | | Total do patrimônio líquido | | 236.157 | 51.872 |
| | | | | | | | |
| | | | | Adiantamento para futuro aumento de capital | 13 | 54.354 | - |
| | | | | Total do patrimônio líquido e AFAC | | 290.511 | 51.872 |
| | | | | | | | |
| Total do ativo | | 375.084 | 59.183 | Total do Passivo e Patrimônio líquido | | 375.084 | 59.183 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Solar Serrita energia S.A.

Demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

| | Nota explicativa | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|---|-----------------------------|-------------------|-------------------|
| Receita operacional líquida | 14 | 11.688 | 4.243 |
| Lucro bruto | | 11.688 | 4.243 |
| (Despesas) Receitas operacionais | | | |
| Gerais e administrativas | 15 | (4.159) | (154) |
| Outras (despesas) receitas | | 460 | - |
| | | (3.699) | (154) |
| Lucro antes do resultado financeiro e tributos sobre o lucro | | 7.989 | 4.089 |
| Resultado Financeiro | | | |
| Receitas financeiras | 16 | 2.654 | 467 |
| Despesas financeiras | 16 | (2.397) | (404) |
| | | 257 | 63 |
| Lucro antes do imposto de renda e contribuição social | | 8.246 | 4.152 |
| Imposto de renda e contribuição social | 17 | (4.331) | (1.039) |
| Lucro líquido do exercício | | 3.915 | 3.113 |
| Lucro básico e diluído por lote de mil ações (R\$) | | 0,0170 | 0,0639 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Solar Serrita energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

| | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|---|-------------------|-------------------|
| Lucro líquido do exercício | 3.915 | 3.113 |
| Outros componentes do resultado abrangente, líquido de impostos | - | - |
| Total do resultado abrangente do exercício | 3.915 | 3.113 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Solar Serrita energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

| | Nota explicativa | Capital Social | Reserva Legal | Reserva de retenção de lucros | Lucros acumulados | Adiantamento para futuro aumento de capital | Total do patrimônio líquido e AFAC |
|---|-------------------------|-----------------------|----------------------|--------------------------------------|--------------------------|--|---|
| Saldo em 01 de janeiro de 2023 | | 9.120 | 2 | 37 | - | - | 9.159 |
| Aumento de capital social | | 39.600 | - | - | - | - | 39.600 |
| Constituição de reserva legal | | - | 156 | - | (156) | - | - |
| Constituição de reserva de retenção de lucros | | - | - | 2.957 | (2.957) | - | - |
| Lucro líquido do exercício | | - | - | - | 3.113 | - | 3.113 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | | 48.720 | 158 | 2.994 | - | - | 51.872 |
| Lucro líquido do exercício | | - | - | - | 3.915 | - | 3.915 |
| Aumento de capital | 13 | 181.300 | - | - | - | - | 181.300 |
| Constituição de reserva legal | 13 | - | 196 | - | (196) | - | - |
| Constituição de reserva de retenção de lucros | 13 | - | - | 3.719 | (3.719) | - | - |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | 13 | - | - | - | - | 54.354 | 54.354 |
| Distribuição de dividendos | 13 | - | - | (929) | - | - | (929) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2024 | | 230.020 | 353 | 5.784 | - | 54.354 | 290.511 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Solar Serrita energia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

| | Nota explicativa | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|---|-----------------------------|-------------------|-------------------|
| Fluxos de caixa das atividades operacionais | | | |
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | | 8.246 | 4.152 |
| | | <u>8.246</u> | <u>4.152</u> |
| Variações nos ativos e passivos: | | | |
| Contas a receber | 7 | 2.559 | (2.559) |
| Adiantamentos | | - | (91) |
| Tributos a recuperar | | 318 | - |
| Outras movimentações em ativos | | 91 | - |
| Fornecedores | 9 | 4.880 | 824 |
| Tributos a recolher | 10 | (2.311) | 3.207 |
| Partes relacionadas | 11 | 7.958 | - |
| Outras movimentações em passivos | | 160 | - |
| | | <u>13.655</u> | <u>1.381</u> |
| Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas operações | | <u>21.901</u> | <u>5.533</u> |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | | (3.302) | - |
| Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais | | <u>18.599</u> | <u>5.533</u> |
| Fluxos de caixa das atividades de investimentos | | | |
| Aquisição de bens do imobilizado e intangível | 8 | (284.971) | (46.995) |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento | | <u>(284.971)</u> | <u>(46.995)</u> |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamento | | | |
| Aumento de capital social | 13 | 181.300 | 39.600 |
| Captação de empréstimos e financiamentos | 12 | 64.541 | - |
| Aadiantamento para futuro aumento de capital recebidos | 13 | 54.354 | - |
| Custos de empréstimos a apropriar | 12 | (1.291) | - |
| Caixa líquido proveniente (e aplicado) nas atividades de financiamento | | <u>298.904</u> | <u>39.600</u> |
| Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa | | <u>32.533</u> | <u>(1.862)</u> |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 6 | 2.050 | 3.912 |
| Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício | 6 | <u>34.583</u> | <u>2.050</u> |
| Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa | | <u>32.533</u> | <u>(1.862)</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto

A Solar Serrita Energia S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede e foro na Rodovia PE 507, s/nº, Km 3 – Zona Rural de Serrita - CEP 56.000-000, município de Salgueiro/PE, constituída em 15 de março de 2022.

A Companhia foi constituída com o propósito específico de geração de energia elétrica proveniente de fonte solar para fins de comércio em caráter permanente, sem constituir-se em empresa concessionária de serviço público, seu controlador é Rio Grande Energias Renováveis Ltda.

Conforme disciplina da Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004 (“Lei 11.079”), após processo licitatório, em 17 de novembro de 2022, a Companhia e o Estado de Pernambuco assinaram PPP na modalidade de concessão administrativa para a construção, operação, manutenção e gestão de usina de APE, com previsão de gestão das unidades consumidoras do Grupo A de PE.

O Contrato de Parceria Público-Privada – PPP foi realizado na modalidade de concessão administrativa para construção, operação, manutenção e gestão de usina de autoprodução de energia renovável com compra de energia através do ambiente de contratação livre – ACL com gestão das unidades consumidoras do grupo A do governo do estado de Pernambuco. O prazo de vigência do contrato de concessão será de 28 anos, contados da data da ordem de início.

Atualmente a Companhia encontra-se na etapa de construção do parque fotovoltaico e gestão da energia com a compra e venda de energia através do ambiente de contratação livre - ACL das unidades consumidoras do Governo de Pernambuco, conforme o Contrato de Parceria Público-Privada – PPP.

Em 23 maio de 2024, ocorreu o fechamento da transação de alienação de controle indireto da Companhia já aprovado pelas autoridades brasileiras de concorrência (Conselho Administrativo de Defesa Econômico – CADE) através do Despacho SG nº 1670/2023, proferido do Ato de Concentração nº 08700.008587/2023-14 e transitado em julgado em 12 de janeiro de 2024.

A Companhia tem como controlador direto a Rio Grande Energias Renováveis Ltda. (RGER), a qual detém 100% do seu capital social. A RGER, é uma subsidiária da Enerfín Enervento Exterior S.L.U, a qual detém 100% do seu capital social e possui a Enerfín Sociedad de Energía S.L.U. como acionista controlador. A Statkraft European Wind and Solar Holdings AS detém 100% do capital social de Enerfín Sociedad de Energía S.L.U.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 21 de março de 2025.

2.2 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda principal do ambiente econômico de operação da Companhia, sendo o real sua moeda funcional e de apresentação. Dessa forma, as informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Continuidade operacional

Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza que possa gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.5 Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber decorrentes da venda de energia elétrica no mercado de curto prazo conforme mecanismo estabelecido pela CCEE. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa ("PECLD"), se aplicável.

2.6 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo em separado, conforme apropriado, somente quando provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item, e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

A depreciação é calculada pelo método linear, considerando as taxas que representam o valor residual do imobilizado ao fim da autorização com base na vida útil estimada.

2.7 Intangível

Está representado pelos custos correspondentes a aquisição de sistemas de informação, valores de compensações ambientais e ativo regulatório decorrente da extensão da autorização. Os softwares são amortizados pela vida útil esperada pela sua utilização, e as compensações ambientais pelo prazo de autorização da usina.

2.8 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

2.9 Financiamentos

Os financiamentos tomados são reconhecidos contabilmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo, líquido dos pagamentos realizados, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*). Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de financiamentos e debêntures que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.10 Provisões, ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos, porém os passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. As provisões são reconhecidas quando existir uma obrigação presente como resultado de um evento passado e seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável.

As provisões para desmobilização de ativos, recuperação ambiental e ações judiciais (trabalhista, civil ou tributária), são reconhecidas quando:

- (i) O grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos;
- (ii) É provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e
- (iii) O valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira a partir do início da operação.

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais, trabalhistas e ambientais decorrente do curso normal de suas operações, cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Statkraft Energias Renováveis S.A., com base em opinião de seus assessores jurídicos, quando necessário, e nos julgamentos da Administração.

2.11 Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. As despesas de imposto de renda e contribuição social do final do exercício compreendem os impostos correntes. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável aplicando-se alíquotas vigentes no final do exercício que está sendo reportado. O imposto de renda e a

contribuição social correntes são apresentados líquidos, quando existe direito à compensação dos valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

i) Lucro presumido

Conforme facultado pela legislação fiscal vigente, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e a da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas (32% quando a receita for proveniente de prestação de serviços) e 100% das demais receitas, inclusive as financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição.

2.12 Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

2.13 Capital social

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

2.14 Lucro por ação

A Companhia calcula o lucro por ação utilizando a média ponderada de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado, conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33) - Resultado por Ação. O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. A Companhia não possui instrumentos com efeitos dilutivos, e, portanto, não há diferença entre o resultado básico por ação e o resultado diluído por ação.

2.15 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras, no período em que a distribuição é aprovada em assembleia de acionistas, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no estatuto social da Companhia.

2.16 Reconhecimento da receita

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela. A receita é reconhecida de acordo com a observância das seguintes etapas: (i) identificação dos direitos e compromissos do contrato com o cliente; (ii) identificação das obrigações de desempenho contratadas; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço às obrigações de desempenho; e (v) reconhecimento quando (ou na medida em que) as obrigações de desempenho são satisfeitas. Uma receita só é reconhecida quando não há incerteza significativa quanto à sua realização. A receita é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia, conseqüentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber quando a energia for efetivamente entregue ao cliente.

A Companhia reconhece a receita com suprimento e fornecimento de energia elétrica pelo valor justo da contraprestação, por meio da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais. O controle da energia elétrica é obtido a partir do momento em que a Companhia transfere a energia elétrica ao cliente. As faturas são emitidas mensalmente e são pagas, usualmente, em 30 dias a partir de sua emissão. A receita é reconhecida com base na energia vendida e com preços especificados nos termos dos contratos

de suprimento e fornecimento. A Companhia poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no ACL, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores.

2.17 Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

- CPC 26 (R1) – “Apresentação das Demonstrações Contábeis”: Em janeiro de 2020, as alterações emitidas pelo IASB especificaram os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. Tais especificações determinaram que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Sendo então a regra aplicável apenas sobre as entidades que são requeridas a cumprir esta mensuração até a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.
- Alteração ao CPC 06(R2) - Arrendamentos: a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação ("sale and leaseback "). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor arrendatário determina os "pagamentos da locação " e os "pagamentos da locação revistos" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa.
- Alterações ao CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação: a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("supplier finance arrangements - SFAs ") com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada.

O IASB forneceu isenção temporária para divulgação de informações comparativas no primeiro ano de adoção dessa alteração. Nesta isenção, também estão incluídos alguns saldos iniciais de abertura específicos. Além disso, as divulgações exigidas são aplicáveis apenas para períodos anuais durante o primeiro ano de aplicação. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024.

Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

A referida nova norma contábil será efetiva para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras:

- IFRS 18 (substituirá o CPC 26 (R1)) - Apresentação e divulgação das Demonstrações Contábeis: o novo pronunciamento introduz novos conceitos de apresentação e divulgação das demonstrações financeiras. Como principais alterações podemos destacar: i) estrutura da demonstração do resultado; ii) divulgação das medidas de desempenho definidas pela administração em uma única nota explicativa das demonstrações financeiras; iii) Orientações aprimoradas dos princípios de agregação e abertura de informações que se aplicam as demonstrações financeiras e suas notas explicativas. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A norma entra em vigor em 1º de janeiro de 2027, sendo sua aplicação retrospectiva abrangendo, portanto, as informações comparativas.

A Companhia está no processo de avaliação do impacto do novo padrão com relação à estrutura da demonstração do resultado, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais em notas explicativas, incluindo análise das agregações e aberturas das informações financeiras exigidas para administração.

A Companhia avaliou e não identificou alterações que tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras. Não há outras normas ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticas

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência da Administração e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas contábeis das demonstrações financeiras anuais. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que possuem grau elevado de julgamento e complexidade, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos, estão contempladas abaixo.

3.1. Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia estima a vida útil do ativo imobilizado com base na avaliação técnica, utilizando as taxas de depreciação de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), limitado ao prazo de autorização da usina. Caso haja alteração no cenário regulatório ou à medida que fatos novos relacionados ao tema ocorram, referidas taxas poderão ser revistas, para refletir a adequada vida útil econômica dos bens integrantes do ativo imobilizado. Anualmente, a Companhia avalia se há indícios de mudança da vida útil técnica esperada para os grupos de ativos, e a cada três anos é formalizado um novo estudo técnico, independentemente da existência de evidências de mudança da expectativa adotada de vida útil.

3.2. Provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

Estas estimativas são mensuradas com base em avaliação e qualificação dos riscos com probabilidade de perda provável. Estas avaliações são suportadas pelo julgamento dos seus assessores jurídicos e da administração, considerando as jurisprudências e o histórico de eventuais acordos e decisões, bem como outros aspectos aplicáveis.

4. Gestão de riscos financeiros

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia expõem a mesma à diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central do Grupo Statkraft, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, bem como pelas políticas de tesouraria da SKER, sua controladora. A Tesouraria identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

O quadro a seguir sumaria a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como a Companhia administra sua exposição.

| Risco | Exposição | Metodologia utilizada para mensuração do | Mensuração |
|-------------------------|--|--|--|
| Risco de mercado - taxa | Ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira | Análise de sensibilidade | Swaps de taxa de juros |
| Risco de crédito | Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, instrumentos financeiros derivativos, investimentos em instrumentos de dívida e ativos de contratos | Análise de vencimento e Avaliação de crédito | Diversificação das instituições financeiras Monitoramento dos limites de crédito/ ratings Orientação de investimento em instrumentos de dívida Linhas de crédito disponíveis |
| Risco de liquidez | Empréstimos e outros passivos | Provisões de fluxo de caixa | Linhas de crédito disponíveis |

a) Risco de mercado

i) Risco com taxa de juros

O risco com taxa de juros é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas ao financiamento contratado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de renegociação ou pagamento/recebimento antecipado das operações, ou mesmo contratar operações no mercado financeiro para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

ii) Risco cambial

O risco com taxa de câmbio é oriundo da exposição da Companhia em outras moedas estrangeiras em relação a possíveis perdas decorrentes caso haja desvalorização da moeda real (R\$) em relação a elas.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui passivos com partes relacionadas denominados em moeda estrangeira. A Companhia entende que este risco está mitigado para o referido exercício.

b) Risco de crédito

O risco de crédito é oriundo das partes terceiras à Companhia que podem deixar de cumprir suas obrigações para com ela, principalmente em relação ao contas a receber. Contudo, a Companhia avalia continuamente o perfil de crédito e indicadores financeiros de seus clientes. Baseado nessas análises, a administração entende que o risco de crédito está mitigado.

c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A administração da Companhia somente utiliza linhas de crédito que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características do financiamento contratado. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

O saldo a receber de energia é reconhecido mensalmente, conforme seu fornecimento. A Companhia e o Grupo Statkraft entendem que a própria Companhia irá operacionalmente gerar caixa suficiente para liquidar suas obrigações de curto prazo. Ademais, se necessário, a sua controladora poderá prover recursos financeiros necessários para manutenção das obrigações de curto prazo.

5. Gestão de Capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das empresas para oferecer retorno aos seus acionistas e outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal, adequada para tal fim.

A relação dívida líquida / patrimônio líquido pode ser verificada conforme segue:

| | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|--------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Total dos financiamentos | 64.616 | - |
| (-) Caixa e equivalentes de caixa | (34.583) | (2.050) |
| Dívida líquida/(excedente de caixa) | 30.033 | (2.050) |
| Total do patrimônio líquido | 236.159 | 51.873 |
| Índice de alavancagem financeira - % | 12,72% | - |

6. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são representados por depósitos bancários em conta movimento ou aplicações financeiras de liquidação imediata.

| | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|--|-------------------|-------------------|
| Contas bancárias em moeda funcional | 2.846 | 10 |
| Aplicações financeiras com liquidez imediata | 31.737 | 2.040 |
| | 34.583 | 2.050 |

Solar Serrita Energia S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras da Companhia
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O rendimento médio desta aplicação em 2024 foi de 97,50% do CDI.

7. Contas a receber

A Companhia encerrou o ano de 2024 sem saldo em aberto em seu contas a receber (R\$ 2.559 em 31 de dezembro de 2023).

8. Imobilizado

| | Imobilizados em curso |
|--|-----------------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | 8.103 |
| Adições | 46.048 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | 54.151 |
| Adições ¹ | 284.944 |
| Juros capitalizados no exercício | 1.365 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2024 | 340.460 |

¹ Saldo composto substancialmente por painéis solares, cabos, inversores, estrutura para suporte.

a) Juros capitalizados

Os custos do financiamento diretamente relacionados com a construção da usina são capitalizados como custo do ativo e compõe parte do saldo do imobilizado em curso. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo acumulado e reconhecido é de R\$ 1.365 (R\$ zero em 31 de dezembro de 2023).

9. Fornecedores

| | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|--------------------------------------|--------------|--------------|
| Fornecedores de materiais e serviços | 8.550 | 3.670 |
| Total de Fornecedores | 8.550 | 3.670 |

10. Tributos a recolher

| | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|---------------------------|--------------|--------------|
| Tributos sobre importação | 2 | - |
| Impostos estaduais | 281 | = |
| Impostos federais | 567 | 2.233 |
| Impostos municipais | 480 | 1.408 |
| | 1.330 | 3.641 |

11. Partes relacionadas

As operações são prestadas em condições específicas acordadas entre as partes. Os saldos patrimoniais são assim demonstrados:

Solar Serrita Energia S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| | | <u>31.12.2024</u> | <u>31.12.2023</u> |
|---|-------|-------------------|-------------------|
| Passivo circulante | | | |
| Partes relacionadas | | | |
| Statkraft Energias Renováveis S.A. | (i) | 110 | - |
| Enerfin do Brasil Sociedade de Energia Ltda | (i) | 5.813 | - |
| Statkraft AS | (i) | 3 | - |
| Statkraft Energia do Brasil S.A. | (ii) | 2.030 | - |
| Dividendos a pagar | | | |
| Rio Grande Energias Renováveis Ltda.. | (iii) | 930 | - |
| | | <u>8.886</u> | <u>-</u> |

A seguir, as transações ocorridas no resultado no exercício de 31 de dezembro de 2024:

| | | <u>31.12.2024</u> | <u>31.12.2023</u> |
|------------------------------------|------|-------------------|-------------------|
| Despesas gerais e administrativas: | | | |
| Statkraft Energias Renováveis S.A. | (v) | (242) | - |
| Statkraft AS | (iv) | (5) | - |
| | | <u>(247)</u> | <u>-</u> |

- (i) Saldo referente a custos no desenvolvimento de projetos.
- (ii) Saldo a pagar referente a compra de energia.
- (iii) Saldo referente a dividendos obrigatórios.
- (IV) Saldo referente a serviços tomados de partes relacionadas no exterior.
- (V) Saldo referente a serviços tomados de partes relacionadas no Brasil.

10.1. Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Companhia não efetuou pagamento a título de remuneração aos administradores nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

12. Financiamentos

Para suportar a fase de construção do projeto solar, a Companhia celebrou contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste (BNB) no montante de R\$ 114.000. O contrato possui carência de um ano após a entrada em operação do parque com juros capitalizados, prazo para pagamento estimado de 18 anos e cláusula de desembolso. O custo médio dessa captação é de 2,9345% a.a. adicionado ao IPCA. O financiamento prevê recebimento no sistema de desembolso conforme atingimento das condições precedentes previstas em contrato e não possui covenants financeiros. O contrato de financiamento determina a apresentação de fiança bancária em favor do banco previamente ao desembolso a cada liberação de recursos do crédito e, depois que o empreendimento entrar em operação, prevê a possibilidade de a Companhia pleitear a baixa das fianças em substituição a outras garantias reais.

A movimentação do financiamento pode ser assim demonstrada:

| | |
|---------------------------------|---------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | <u>-</u> |
| Captação de financiamentos | 64.541 |
| Custos e encargos a apropriar | (1.291) |
| Juros capitalizados | <u>1.365</u> |
| Saldo em 31 de dezembro de 2024 | <u>64.616</u> |

Solar Serrita Energia S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Apresentadas como:

| | |
|------------------------|--------|
| Passivo Circulante | 91 |
| Passivo não circulante | 64.525 |

Abaixo é apresentado o fluxo de vencimento das parcelas apresentadas no longo prazo:

| Em 31 de dezembro de 2024 | 2026 | 2027 | 2028 | 2029 | Após 2029 | Total |
|---|--------------|--------------|--------------|--------------|------------------|---------------|
| Financiamento de obras - Banco do Nordeste do Brasil S.A. | 3.488 | 3.488 | 3.488 | 3.488 | 50.574 | 64.525 |
| Total | 3.488 | 3.488 | 3.488 | 3.488 | 50.574 | 64.525 |

13. Patrimônio líquido**a) Capital social**

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social, subscrito e integralizado está representado pelo montante de R\$ 230.020 (R\$48.720 em 31 de dezembro de 2023) e por 230.020.000 ações ordinárias nominativas (48.720.000 ações em 31 de dezembro de 2023), sem valor nominal, detidas em sua totalidade pela sua controladora Rio Grande Energias Renováveis Ltda.

b) Reserva de lucro**b.1) Reserva legal**

Conforme legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de dividendos.

b.2) Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros reterá o lucro após a destinação dos dividendos obrigatórios e da reserva legal e terá destinação específica aprovada em assembleia, conforme estabelecido no estatuto social da Companhia. No exercício de 2024, a Companhia destinou R\$ 3.721 para constituição de reserva de retenção de lucros.

c) Adiantamento para futuro aumento de capital

No decorrer do exercício, a Companhia recebeu o total de R\$54.354 em forma de adiantamento para futuro aumento de capital da sua controladora Rio Grande Energias Renováveis Ltda.

d) Dividendos

O lucro líquido de cada exercício social, após as compensações e deduções previstas em lei e consoante previsão estatutária, terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado.
- 25% do saldo, após a apropriação da reserva legal, será destinado para pagamento de dividendo mínimo obrigatório a todos os acionistas.

O cálculo dos dividendos dos exercícios findos em 31 de dezembro é assim demonstrado:

| | <u>31.12.2024</u> |
|--|-------------------|
| Lucro líquido | 3.917 |
| Constituição de reserva legal | (196) |
| Base de cálculo | 3.721 |
| Dividendos mínimos estatutários % | 25% |
| Dividendos mínimos propostos | <u>929</u> |
| Dividendos mínimos propostos por ação em R\$ | <u>0,004</u> |

14. Receita líquida

| | <u>31.12.2024</u> | <u>31.12.2023</u> |
|--------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Transações no mercado de curto prazo | 13.524 | 4.767 |
| Impostos sobre venda | (1.836) | (524) |
| | <u>11.688</u> | <u>4.243</u> |

15. Custos e despesas

| | <u>31.12.2024</u> | <u>31.12.2023</u> |
|-----------------------------|-------------------|-------------------|
| Salários e encargos sociais | (24) | - |
| Impostos e taxas | (244) | (57) |
| Materiais | (1.298) | - |
| Serviços de terceiros | (2.027) | (84) |
| Aluguel | (12) | - |
| Outros | (554) | (13) |
| | <u>(4.159)</u> | <u>(154)</u> |

16. Resultado financeiro

| | <u>31.12.2024</u> | <u>31.12.2023</u> |
|---------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Receitas financeiras | | |
| Rendimentos de aplicações financeiras | 2.342 | 467 |
| Variação cambial ativa | 312 | - |
| | <u>2.654</u> | <u>467</u> |
| Despesas financeiras | | |
| Financiamentos | - | (3) |
| Tarifas e serviços bancários | (785) | - |
| Variação cambial passiva | (908) | (101) |
| IOF, multas e juros sobre tributos | (467) | (20) |
| Outras despesas financeiras | (237) | (280) |
| | <u>(2.397)</u> | <u>(404)</u> |

17. Imposto de renda e contribuição social

Para fins de apuração a empresa optou pelo regime de lucro presumido para apuração do IRPJ e da CSLL incidentes sobre o resultado tributável. A apuração de IRPJ e CSLL pode ser assim apresentada:

| Imposto de Renda | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|-----------------------------------|-------------------|-------------------|
| Faturamento ¹ | 29.290 | 8.308 |
| Presunção do lucro tributável - % | 32% | 32% |
| Base presumida | 9.373 | 2.659 |
| Receita financeira | 2.956 | 467 |
| Base de Cálculo | 12.239 | 3.126 |
| Alíquotas aplicáveis - % | 25% | 25% |
| Total | (3.082) | (781) |
| Outros efeitos em tributos | (119) | (1) |
| Dedução adicional IRPJ | 24 | 24 |
| IRPJ no resultado | (3.177) | (758) |
| Contribuição Social | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
| Faturamento ¹ | 29.290 | 8.308 |
| Presunção do lucro tributável - % | 32% | 32% |
| Base presumida | 9.373 | 2.659 |
| Receita financeira | 2.956 | 467 |
| Base de Cálculo | 12.329 | 3.126 |
| Alíquotas aplicáveis - % | 9% | 9% |
| Total | (1.110) | (281) |
| Outros efeitos em tributos | (44) | - |
| CSLL no resultado | (1.154) | (281) |

¹ Valor que compõe a base tributável para imposto de renda e contribuição social considera a receita faturada sem os efeitos de custos que com característica redutora da receita reconhecidos no resultado do exercício e que são pertinentes ao papel de agente da Companhia perante o governo de Pernambuco.

18. Seguros

A controladora Statkraft Energias Renováveis S.A. contratou apólice de seguro de Riscos de Engenharia com vigência de 30 de julho de 2023 a 03 de abril de 2025 e Responsabilidade Civil Geral com vigência de 23 de maio de 2024 a 31 de março de 2025 ambas com coberturas determinadas por orientação de especialistas.

19. Instrumentos financeiros

19.1 Instrumentos financeiros por categoria

| | <u>31.12.2024</u> | <u>31.12.2023</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Ativo financeiro mensurado ao custo amortizado | | |
| Aplicações financeiras com liquidez imediata | 31.737 | 2.040 |
| Contas a receber | - | 2.559 |
| Contas bancárias em moeda funcional | 2.846 | 10 |
| | <u>34.583</u> | <u>2.569</u> |
| Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado | | |
| Fornecedores | 14.735 | 3.670 |
| Partes relacionadas | 7.956 | - |
| Financiamentos | 64.616 | - |
| | <u>87.307</u> | <u>3.670</u> |

19.2 Fatores de risco financeiro

A gestão de risco é realizada pela tesouraria do Grupo Statkraft, segundo ainda as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração de sua controladora Rio Grande Energias Renováveis Ltda. A tesouraria do Grupo identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco global bem como para áreas específicas como risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos, e investimento de excedentes de caixa.

a) Risco de vencimento antecipado do financiamento

Risco proveniente do descumprimento de cláusula contratual restritiva, presente no contrato de financiamento a qual, em geral, requer a manutenção das condições precedentes previstas em contrato. A Administração monitora regularmente estas condições precedentes, com o objetivo de tomar as ações necessárias para garantir que os contratos de financiamentos não tenham seu vencimento antecipado.

b) Análise de sensibilidade

A seguir, quadro ilustrativo da análise de sensibilidade (fator de risco para mudança na taxa de juros) dos instrumentos financeiros, que descreve os efeitos sobre as variações monetárias, bem como sobre as despesas financeiras apuradas sobre o cenário projetado para 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, caso tais variações nos componentes dos riscos identificados ocorressem. Simplificações financeiras foram efetuadas no isolamento da variabilidade do fator de risco em análise. Como consequência, as estimativas apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser apurados nas próximas demonstrações financeiras. O uso de diferentes hipóteses e/ou metodologias pode gerar um efeito material sobre as estimativas apresentadas a seguir.

| Fator de risco CDI | Valores expostos em 2024 | Valores expostos em 2023 | -50% | -25% | Cenário provável | +25% | +50% |
|-------------------------------|--------------------------------|--------------------------------|--------|--------|---------------------|---------|---------|
| Aplicações financeiras | 31.737 | - | 1.928 | 2.892 | 3.856 | 4.820 | 5.784 |
| Impacto líquido | - | - | - | - | - | - | - |
| Taxas consideradas - % ao ano | 12,150% | 11,650% | 6,075% | 9,113% | 12,150% | 15,188% | 18,225% |

Solar Serrita Energia S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| Fator de risco IPCA | Valores expostos em 2024 | Valores expostos em 2023 | -50% | -25% | Cenário provável | +25% | +50% |
|-------------------------------|--------------------------------|--------------------------------|---------|---------|---------------------|---------|---------|
| Empréstimos e financiamentos | (64.616) | - | (1.560) | (2.341) | (3.121) | (3.901) | (4.681) |
| Impacto líquido | (64.616) | - | (1.560) | (2.341) | (3.121) | (3.901) | (4.681) |
| Taxas consideradas - % ao ano | 4,830% | 4,620% | 2,415% | 3,623% | 4,830% | 6,038% | 7,245% |

Metodologia utilizada

A partir dos saldos dos valores expostos, conforme demonstrado na tabela anterior e assumindo que eles se mantenham constantes, apurou-se o diferencial de juros para cada um dos cenários projetados. Na avaliação dos valores expostos ao risco de taxa de juros, consideramos apenas os riscos para as informações financeiras, ou seja, foram isolados e excluídos os fatores de juros prefixados por não apresentarem riscos às demonstrações financeiras do exercício por conta de variações nos cenários econômicos. O cenário provável está baseado nas expectativas da Companhia, que por sua vez estão em linha com as projeções demonstradas no relatório Focus, na data de 27 de dezembro de 2024, para cada uma das variáveis indicadas. Adicionalmente, as variações positivas e negativas de 25% e 50% foram aplicadas sobre as taxas projetadas para 27 de dezembro de 2024.

20. Lucro por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a quantidade das ações do exercício.

| | <u>2024</u> | <u>2023</u> |
|-----------------------------------|-------------|-------------|
| <u>Numerador</u> | | |
| Lucro disponível aos acionistas | 3.917 | 3.113 |
| <u>Denominador</u> | | |
| Número de ações | 150.812 | 48.720 |
| Lucro por ação – básico e diluído | 0,0260 | 0,0639 |

21. Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

A Companhia não identificou o risco de perdas com riscos cíveis, trabalhistas e fiscais no exercício de 2024 e 2023.

22. Transações não envolvendo caixa

Durante o exercício de 2024, a Companhia realizou as seguintes atividades de investimento não envolvendo caixa, não estando, portanto, refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

- a) Foi reconhecido o montante de R\$1.365 (zero em 31 de dezembro de 2023) no ativo imobilizado referente a juros capitalizados sobre os financiamentos vinculados à construção da usina, com contrapartida na rubrica de financiamentos do passivo circulante.

23. Eventos Subsequentes

Em 20 de janeiro de 2025, a Companhia reconheceu integralização de capital no montante de R\$ 54.354 da controladora Rio Grande Energias Renováveis Ltda via conversão de adiantamento em aumento de capital social.

* * *